

HABEAS CORPUS Nº 509.893 - SC (2019/0135572-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS - SP349735
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : BRUNO ALVES FISCHER (PRESO)

DECISÃO

BRUNO ALVES FISCHER alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no HC n. 4007899-74.2019.8.24.0000.

Após contato telefônico com a vara de origem, foi noticiado que **foi proferida sentença** na ação penal originária (Processo n. 0001691-34.2019.8.24.0036) para **condenar o paciente à pena de 8 anos de reclusão, em regime semiaberto**, pela prática dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico. Na ocasião, o Juízo singular empreendeu nova avaliação sobre os fundamentos suscitados para a imposição da segregação cautelar (art. 387, § 1º, do CPP). Foi informado, inclusive, que a condenação foi confirmada por ocasião do julgamento da apelação pelo Tribunal local.

Assim, evidencia-se a prejudicialidade deste *writ*, em que se pretende a revogação da prisão preventiva.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **julgo prejudicado** este habeas corpus, pela perda do seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**